

Vera Sofia  
 Vera Sofia  
 Vera Sofia



## Assembleia da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem

### Acta nº 23

#### 2ª Sessão Ordinária de 2021

(Descentralizada - Vila Verde)

Aos vinte e um dias do mês de Junho do ano de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas, no edifício da Sociedade União e Progresso de Vila Verde e Ral, realizou-se a 2ª Sessão Ordinária de 2021 da Assembleia de Freguesia de São João das Lampas e Terrugem, com a seguinte -----

#### ORDEM DE TRABALHOS:

##### Ponto 1 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

##### Ponto 2 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

##### Ponto 3 - ORDEM DO DIA

- 1- Apreciar e Votar a Acta nº 22; -----
- 2- Informação Escrita do Presidente sobre a actividade do 2º Trimestre de 2021;
- 3- Apreciar a Proposta do Executivo nº 108/2021, relativa à aprovação da Norma de Controlo Interno; -----
- 4- Apreciar e Votar a Proposta do Executivo nº 109/2021 relativa ao Relatório de Gestão e Prestação de Contas 2020. -----

Presentes os seguintes membros da Assembleia de Freguesia: -----

1. Carlos Manuel dos Santos Duarte
2. Emídio Parcelas Pardal
3. Vera Sofia Rodrigues da Rocha
4. Fernando da Silva Pires
5. Tiago Miguel Castanheira Jaco, em substituição de José Fernando Morais
6. Humberto Manuel Príncipe Duarte
7. José Manuel Patrão dos Santos
8. Luís Fernando Alegre dos Santos
9. Nuno Alfredo da Silva Cardoso
10. Ana Maria Domingos Carioca
11. José António Alves do Paço
12. João Pedro Gaspar Ferreira
13. Ludovico Calado Martins



2  
Vereador  
[Handwritten signature]

Pela parte do Executivo da Junta de Freguesia estiveram presentes o Presidente, Guilherme Joaquim Coimbra Ponce de Leão, o Secretário, Domingos Bicho Chiolas e a Tesoureira, Lígia Joana Carreira Duarte e os Vogais José Alberto dos Santos Carvalho e Ana Cláudia Branco Rolo. -----

### ABERTURA

**Presidente AF-** Boa noite a todos, em primeiro lugar, permitam-me que agradeça à direcção desta sociedade, Sociedade União Progresso Vila Verde e Ral, pela cedência das instalações para que fosse possível fazer uma reunião descentralizada. O nosso muito obrigado. Um segundo obrigado para a bancada do Partido Socialista pelas diligências que encetaram, na pessoa do seu líder de bancada, que diligenciou contactos com a direcção desta sociedade, propondo também que a reunião fosse descentralizada e fosse feita na freguesia da Terrugem. Muito obrigado. Temos uma substituição. Como todos provavelmente saberão, o nosso colega José Morais está hospitalizado, teve de ser submetido a uma intervenção cirúrgica, está a restabelecer, mas não tinha possibilidade de estar presente, pediu que me fosse comunicado e desde já lhe envio o voto de rápidas melhoras. Vamos dar início a esta Assembleia pelo ponto número um, Período de Intervenção do Público. Temos várias inscrições e uma sala cheia o que nos apraz. Assim sendo vamos dar a palavra a quem se inscreveu, pela ordem que me foi facultada pelos serviços administrativos. Assim sendo vou dar a palavra ao Sr. Henrique Martins, de quem tenho dois pedidos, o primeiro dos quais em nome do Movimento pela Reposição das Freguesias São João das Lampas e Terrugem. Por favor. -----

### PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

**Sr. Henrique Martins** - Boa noite. Obrigado por me deixarem participar nesta Assembleia e ser logo o primeiro a seguir do Presidente da Assembleia. Boa noite, Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente, membros do Executivo, membros da Assembleia, público presente. Como já foi referido eu fiz dois pedidos, o primeiro está no meu nome, mas venho representar o Movimento pela Reposição das Freguesias de São João das Lampas e da Freguesia da Terrugem. O que me traz aqui, hoje, é o facto da lei que a Assembleia da República aprovou recentemente que vai permitir a separação das freguesias, já foi promulgada pelo Sr. Presidente da República. Agora é hora de avançar para que o mais breve possível tenhamos a reposição das nossas duas freguesias. O processo deve avançar até um ano depois da entrada em vigor da lei. São 180 dias desde agora. Queremos salientar o facto de aquilo que andamos já há algum tempo, e nesta Assembleia (no ciclo anterior) a relembrar e, para quem não se lembra e não acompanhou, informar que foi criado um grupo de trabalho no âmbito da Assembleia, com representantes de todas as forças políticas que, na altura, faziam parte da Assembleia de Freguesia, onde, entre várias coisas, foi implementado pela primeira vez o dia da Freguesia da Terrugem, que comemorou este mês 494 anos e desde 2016, oficialmente, a União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem deve comemorar esse dia. Depois, também, relembrar que este movimento já tem várias pessoas, mas que há ano e meio aderiu à Plataforma Nacional Recuperar Freguesias e a primeira medida que nós diligenciámos ao longo da reunião entre os membros, foi colocar um abaixo-assinado para que a Assembleia da República criasse uma lei como a que criou agora, que, com a situação da pandemia ficou em *stand by*, mas são largas dezenas de assinaturas de gente interessada em que houvesse uma lei nacional e não para estas freguesias especificamente. A consequência é que já há uma lei que permite a reposição de freguesias e a criação de novas. E relembrar porque é que nós pedimos isto? Por várias coisas, mas, uma delas tem a ver com a perda de



identidade histórica, cultural e social destas duas freguesias. Este é um ponto-chave! Depois, também, a perda de governo de proximidade. Relembrar que os eleitos que estão aqui, são dezoito: cinco no Executivo e mais treze na Assembleia. Não têm ordenado. Precisamos de estar próximo das pessoas, próximo das colectividades como estamos agora e ainda bem que, mais uma vez, a Assembleia é descentralizada. Com o facto de as freguesias estarem juntas, não temos o tal governo de proximidade. Depois - e temos nos queixado muito disto - o Sr. Presidente da Junta já o tem referido várias vezes, a participação cívica dos cidadãos está a diminuir muito. Precisamos de vir às Assembleias e reuniões de Junta dizer quais são as nossas preocupações para que a Junta resolva as que são da sua competência e canalize para os sítios certos as que não forem. E também uma diminuição significativa da representatividade das populações. A Freguesia de São João das Lampas, entre outras coisas, tem uma dimensão significativa, tem litoral, tem parque, tem mais de 40 localidades. A Freguesia da Terrugem tem mais de 20 localidades. Isto, percebendo o que está agora a acontecer com a saída da N. SRª da Nazaré na Paróquia de São João das Lampas, como no ano passado na Paróquia da Terrugem, a representatividade das populações vai diminuindo, porque são muitas localidades. Posto isto, obrigado Sr. Presidente por me ter permitido fazer esta intervenção, mas fica registado. Fica a informação de que estamos disponíveis. São largas dezenas de pessoas que aderiram ao movimento e continuamos em aberto quem quiser aderir. Basta dizer "põe lá o meu nome", vamos mandando informação, como o temos feito sempre: Vereação (10 vereadores), Sr. Presidente da Câmara, membros da Assembleia Municipal, membros da Junta e da Assembleia Freguesia recebem informação de cada vez que elaboramos um documento. Estas autarquias locais são as que estão mais próximas e para que digam de sua justiça. Um aspecto relevante: esta lei depende da Assembleia de Freguesia. É a Assembleia de Freguesia que tem que a repor. Depois, a Assembleia municipal e de seguida a Assembleia da república, ao contrário do que acontecia anteriormente, em que vinha de cima para baixo. Os que estão aqui agora e os que vão estar daqui a seis meses, no novo ciclo autárquico, devem fazer a vontade das populações e diligenciar para isso. Daremos o nosso melhor para que São João das Lampas e Terrugem sigam cada uma o seu caminho, que, por vezes pode ser em conjunto, mas neste caso só temos a ganhar com isso. Muito obrigado. -----

**Presidente AF-** Obrigado Sr. Henrique pelas informações que nos vai trazendo sobre essa matéria. Vai usar da palavra o Sr. João Chaves. Faz favor. -----

**Sr. João Chaves-** Muito boa noite a todos, sr. Presidente da Assembleia, sr. Presidente da Junta, restantes membros e público em geral. Fico contente por ver mais pessoas a participar. Acho que, infelizmente, tenho que cá vir repetir as mesmas coisas que das outras vezes. Acho que é a quarta vez, sinal de que ainda não estão resolvidas, e por isso ainda não é altura de me calar. Já pedi para verem a possibilidade de reverem o regimento, para que permitam o acesso, com mais frequência, mais tempo, mais fácil a estas Assembleias. Queixam-se que não há cidadãos a contribuir. Antigamente bastava apresentar-se e dizer que queriam falar e pronto. Já o disse aqui e até houve partidos que estavam inteiramente de acordo, mas que até hoje não fizeram nada. Não estou inserido em nenhum partido e vou aguardar pela posição dos partidos. O outro assunto tem a ver com os lixos. A zona onde eu vivo continua a ter problemas de lixo. Não me interessa de quem é a responsabilidade. Sou munícipe, sou freguês, há que decidir as coisas entre a Câmara e a Junta de Freguesia, mas há que resolver. O mesmo se passa em relação às estradas e caminhos. Vivo num caminho que está cheio de buracos e por duas vezes coloquei tout venant. Mais tarde veio a câmara e colocou mais, para compor os buracos. Mas continua cheia de buracos. Dizem que está numa zona de reserva e não pode ser alcatroado. O que eu acho é que não pode haver cidadãos de primeira e cidadãos de segunda. Em tempos já me disseram que quando fui para lá já sabia o que é que tinha. A pensar assim não tínhamos auto-estrada



nenhuma em Portugal. As estradas secundárias dentro do município continuam a ter falta de manutenção. Não é preciso grandes obras, o que é necessário é endireitá-las e tapar buracos. É o mínimo que se pode fazer se há dinheiro. Outro assunto que ainda não vi tratado é das bermas: falta de limpeza das bermas. Já me foi dito pessoalmente, que não há dinheiro suficiente. Se não há, tem de bater com os pés, com as mãos, mas tem que conseguir resolver o problema. Neste momento tenho, ao ir para minha casa, uma selva, ervas bastante mais altas que eu. Depois da minha intervenção vou me retirar, peço desculpa, mas pensava que era amanhã a reunião e já tinha uma outra reunião marcada, muito obrigado. -----

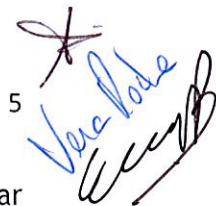
**Presidente AF-** Muito obrigado Sr. João Chaves. Continuamos a registar as indicações que nos vai transmitindo. Eu deveria dar a palavra por ordem de inscrição ao Sr. Henrique, mas se não se importa dava-a à Sra. Carla Luís, se não se importar? Muito bem então. -----

**Sr.ª Carla Luís-** Olá, boa noite. Em primeiro lugar queria agradecer o trabalho de todos os eleitos locais e do executivo em prol da freguesia. Acho que é uma coisa de salientar que neste ano difícil, foram pessoas que estiveram sempre aqui, em sítios diferentes, mas sempre a zelar pela freguesia. Venho aqui trazer uma situação que até acho que é simples, relativamente a Alcolombal e às obras que estão a ser feitas agora. Hoje de manhã, estava em casa, comecei a ouvir máquinas e percebi que estavam a fazer uma intervenção. Para quem conhece Alcolombal, na zona dos lavadouros. Foi uma surpresa. E tenho pena que assim tenha sido, porque acompanho o facebook da junta, vejo as obras que vão ser feitas e desta não sabia. Tomámos conhecimento assim e foi pena. Mas é uma zona que têm muitos cursos de água, tem os lavadouros, os tanques, o fontenário, que tem sistemas de circulação de água já muito antigos, que os pais dos pais já se lembram daquilo estar ali. Tentei perceber junto das pessoas que lá estavam o que ia ser feito. Disseram que estavam a fazer a pavimentação! Lam pôr tout venant e depois alcatrão! Que iam alcatroar toda aquela zona, o que me causou algum espanto, porque para quem conhece, é uma zona que tem circulação de várias águas, o solo não é impermeável, é um caminho que tem alguns buracos, mas que podem ser compactados com esse pavimento (tout venant), permitindo assim a drenagem e circulação das águas. Por isso, alcatroar um largo que é tão grande, uma zona onde há tanta circulação de água, que tem valas, ribeiras e que tem tudo isso, pode ser muito complicado e até causar inundações. Trata-se de uma zona rural e nesse largo nem sequer há casas. Falei com alguns vizinhos e mostraram a mesma admiração. Por isso não faz sentido alcatroar. Até ao momento o que fizeram foi colocar alguma brita. O que vinha aqui sensibilizar era que não fosse alcatroado aquele largo, ainda mais agora que é Verão e, no Inverno, como há mais circulação de água, pode se tornar mais complicado e haver cheias. Com a impermeabilização do solo, pode ficar mais água ali acumulada e também se poupava dinheiros públicos uma vez que aquela zona é uma zona de pasto de animais, não há ali circulação automóvel pois não há edificações. Falei com alguns vizinhos que manifestaram a opinião de que poderia ser feito ali uma zona de lazer. Estamos disponíveis para ver, no local, o que poderá ser feito sem ser necessário alcatroar e assim poupar também ao erário publico. Muito obrigado. -----

**Presidente AF-** Muito obrigado D. Carla. Daremos então a palavra ao Sr. Henrique para intervir, agora em nome próprio. -----

**Sr. Henrique Martins-** Boa noite novamente e mais uma vez, obrigado por me permitirem fazer esta intervenção. No email que mandei coloquei no assunto "património". São três alíneas, três aspectos, para os quais solicito a atenção de toda a gente, principalmente, do sr. Presidente. São preocupações, são assuntos que já foram apresentados e gostaríamos que tivessem outro desenvolvimento pois estamos





em fim de ciclo e o que ainda puder ser feito deverá ser feito ou então, deixar preparado para o ciclo seguinte: -----

1º- Salientar que Alvarinhos, uma das terras da nossa freguesia é uma das três, provavelmente a nível nacional, que tem versos em todas as ruas. Isto já tem sido divulgado e de há 5 anos para cá, teve um maior impacto pela festa que fizemos. Esses versos foram feitos pelo Sr. Tomé, o Ti Tomé que vai fazer 92 anos este mês e há cerca de 30 anos, os versos foram colocados ali naquelas ruas, porque a Assembleia de Freguesia e a Junta de Freguesia São João das Lampas, pediram. Em Fontanelas e Gouveia o Sr. José Massano fez e depois, com o envolvimento da Junta, foram colocados. Há cerca de 30 anos, o Ti Tomé aceitou um desafio lançado pela Assembleia de freguesia e pela Junta de Freguesia: - “Ti Tomé, faça aí uns versos para pôr nas ruas...”! Eram 24, há 5 anos, quando fizemos a festa salaia. Com a colaboração da Câmara e da Junta, fomos ter novamente com o Ti Tomé, porque havia duas ruas novas e lá o Ti Tomé fez mais dois versos. No ano seguinte quando foram recuperados os lavadouros em Alvarinhos, mais um verso, ou seja, 27 versos estão ali. E nós, desde há algum tempo temos vindo a salientar que, ainda em vida, o Ti Tomé devia ser homenageado, como foi o Ti Alfredo Alegre, em Monte Arroio, há uns anos atrás, uma homenagem também merecida. Também o Ti Tomé poderia ter uma placa com uns versos que os alunos da escola primária, que agora está fechada, há 20 anos fizeram para o Ti Tomé. Já pedimos à Câmara, à Junta. Gostaria de saber se o Presidente já fez alguma diligência para isso, ou se sabe alguma coisa para a implementação desta placa em Alvarinhos. Sugerimos o local, mas poderá haver outros mais adequados. E em vida, isto tem outro valor. Quando falamos em património falamos em pessoas. ---

2º-Rota da água- há um ano que a Sociedade Futebol Clube os Odrinhenses, que têm muitas características aqui parecidas com o Vila Verde, porque realizam os seus bailes, lançou um desafio à Junta de Freguesia, na altura, representada pelo Sr. José Alberto e o Sr. Domingos Chiolas. Ouviram nos e ficaram de falar em reunião do . Acharam que o projecto Rota da Água era interessante e havia que avançar. Houve troca de emails com a informação. Como não houve mais informação na Assembleia de Freguesia seguinte, em Alvarinhos, falámos no assunto, mas não sei se ficou esquecido ou não. Na Assafora, voltámos a falar e o Sr. Presidente disse que estava entregue ao vogal José Alberto, para avançar. No dia seguinte, eu e o vogal José Alberto estivemos em Odrinhas a falar de muitas destas coisas: o que poderia ser feito na Rota da Água na freguesia de São João das Lampas e da Terrugem. Estamos a falar de Dezembro de 2020. Ainda recentemente, em conversa com o vogal José Alberto sobre uma ideia interessante que ele teve no âmbito do dia de aniversário da freguesia da Terrugem, fazer qualquer coisa relacionado com a água, com as tecnologias. Perante isto mostrei disponibilidade em colaborar, fornecendo a informação que tenho recolhido. Elaborei recentemente um artigo que aconselho todos a consultar, que saiu no Jornal de Sintra desta sexta-feira. Tem a rota da água da Freguesia da Terrugem, não sei se tem todos os fontanários e todas as fontes, mas tem lá imensos. Em Alcolombal são 4, salvo erro. Recentemente fomos percebendo que a Junta vai fazendo o que lhe compete: arranjar aqui e ali. Temos mais de 100 lavadouros, fontanários e chafarizes e é um desafio enorme termos tudo arranjado. -----

3º- Curiosamente ou não, aquilo que tinha preparado para apresentar aqui, vou apenas ler aquilo que fiz no pedido e o que recebi, hoje, da Câmara Municipal de Sintra, tem a ver, também, com o património da nossa Freguesia: os limites da nossa Freguesia, do nosso Concelho, pois já há imenso tempo que tratamos disso. Em Março mandei um email para a CMS com uma exposição genérica, diz o seguinte: “em 2014 o assunto do limite da freguesia de São João das Lampas, concelho de Sintra com Carvoeira, concelho de Mafra, na localidade Seixal - Pobral foi apresentado em Assembleia de freguesia. Passados cerca de sete anos, gostaria, se possível, de obter actualização de



informação sobre este assunto. O parecer da Câmara Municipal de Sintra foi enviado em meados de Março de 2020 à Câmara Municipal de Mafra, o que faz agora um ano. Os Censos de 2021 que foram realizados recentemente com a envolvimento da Junta, e as próximas eleições autárquicas, entre outras razões exigiram uma decisão atempada e divulgada. Aquelas pessoas que vivem naquele limite, vão votar para a Junta da Carvoeira ou para a União de freguesias São João das Lampas e Terrugem? “-----

Resposta -No seguimento do exposto, e para cumprimento do despacho de 19 de Maio 2021, da Exma. Sr.<sup>a</sup> Chefe da Divisão de Assuntos Administrativos e Contratualização, Alexandra Rebelo, informa que: De facto, como é mencionado por V. Ex<sup>a</sup> na exposição supra, a Câmara Municipal de Sintra comunicou a sua posição técnica à Câmara Municipal de Mafra, em meados de Março de 2020. No sentido da sua concordância, com a manutenção dos limites da Carta Administrativa Oficial de Portugal em vigor, que corresponde à Estrada Nacional 247. (Politicamente, a Câmara de Mafra e a Junta de Freguesia da Carvoeira deveriam fazer o que entendessem. Como não fizeram, fica como está.) Assim, de acordo com esta posição, a Câmara Municipal de Sintra está a tomar as providências necessárias para garantir que os procedimentos relativos à gestão pública local, estejam em conformidade com a Carta Administrativa Oficial de Portugal em vigor.” (Quem é que limpa? Para onde vai o IMI? Coisas que, até agora, nem a Junta nem a Câmara conseguiram dizer.) Mais se informa que qualquer dúvida deve ser endereçada ao Gabinete do Plano Director Municipal.” Portanto, achei importante prestar esta informação à Assembleia de Freguesia e ao Executivo, que toma nota e, com certeza, vai providenciar para que a informação seja reportada e feitas as diligências necessárias para uma clarificação do assunto. Os limites de que estamos a falar, foram os primeiros marcados no nosso País. Entraram em vigor em 1 de Janeiro de 1940 e começaram no final dos anos 20. Portanto, aqueles marcos que nós temos por aí, que é nosso património, é mais uma coisa que anda para aí aos pontapés e que, fazendo parte da nossa história e da nossa identidade, merece mais atenção. O que está em causa é a gestão do território. A Junta e a Câmara têm de gerir aquilo que é seu. Há 7 anos! E já vinha de censos anteriores! Espero que em breve tudo esteja em conformidade. Obrigado, Sr. Presidente. -----

**Presidente AF** - Muito obrigado Sr. Henrique. Dou a palavra ao Sr. Presidente da Junta.

**Presidente da Junta** - Muito boa noite. Em relação a este último ponto levantado pelo Sr. Henrique Martins, não sei se sabe das *démarches* que o Executivo tem feito em relação a esta situação, pois há sete anos, houve intervenções minhas na Assembleia Municipal e o Senhor sabe bem qual é a posição da Junta de Freguesia. A Câmara de Sintra e a de Mafra nunca conseguiram chegar a acordo. As coisas arrastaram-se e, a última posição que a Junta teve, foi que se fizesse uma consulta à população abrangida por aquela faixa de terreno e, até hoje, não houve resposta por parte da Câmara de Sintra. Portanto, não é de bom tom, continuar a insistir nas responsabilidades da Junta neste impasse. Já fizemos o que podíamos fazer. Agora cabe à Câmara de Mafra, que tem sido muito relutante em ceder aquele terreno e, por conseguinte, são eles que estão a emperrar este processo. Muito obrigado. -----

**Presidente AF** - Muito obrigado Sr. Presidente. Vejo que o Sr. Henrique está a pedir a palavra para responder ao Sr. Presidente. Faça favor. -----

**Sr. Henrique Martins** - Peço desculpa, Sr. Presidente, é a primeira vez que faço isto. Eu trago papéis, documentos oficiais. O Sr. também pode apresentar papéis, como o parecer que emitiu para a Câmara Municipal de Sintra quando pediu à Assembleia para se pronunciar e a Assembleia não se pronunciou porque não estava documentada para o fazer e voltou para trás. O documento que a Junta emitiu para a Câmara é claro e toda a gente teve acesso. Não me venha dizer que aquilo que sabemos não ser a realidade. Aquilo que eu fiz individualmente, o Executivo poderia ter feito da mesma



forma. E se o fez a Câmara não lhe deu resposta, peça responsabilidades a quem o fez. Banalizar este assunto, como o fez, Sr. Presidente, peço desculpa, mas não me revejo nisto. Identificamos o problema e o apresentamos, esperamos 3 meses ou mais e estamos disponíveis para colaborar, que é o que fizemos com a nossa experiência e com a nossa vontade, desde 2014. Foram 3 ou 4 artigos que elaborei e publiquei no Jornal de Sintra e todos são públicos. É o que está escrito. Se o Senhor Presidente também tiver documentos sobre as diligências que fez, poderei pedir desculpa as vezes que forem necessárias. Estou convencido que aquilo que fiz foi para bem da nossa terra. Tenho uma opinião sobre aquele espaço, mas tenho de respeitar a opinião das pessoas que ali moram. Muito obrigado. -----

**Presidente AF** - Muito obrigado a todos. Continuando, dou a palavra ao Sr. Horácio Patrão. -----

**Sr. Horácio Patrão** - Boa noite a todos. Quero cumprimentar o Sr. Presidente e os vários participantes nesta Assembleia e o público em geral. A minha vinda aqui, é por uma razão muito simples. Venho agradecer à Junta de Freguesia de S. João das Lampas e Terrugem, pela possibilidade de nós, feirantes, podermos fazer o Mercadinho Saloio. Pois no mercado do Tojal, estávamos ilegais e termos, agora, oportunidade de, com melhores condições, podermos exercer a nossa actividade no recinto do Campo da Bola o que, nesta crise grave provocada pela pandemia, foi uma boa forma de diminuir os seus efeitos. Muito obrigado. -----

**Presidente AF** - Muito obrigado Sr. Horácio. Não havendo mais pedidos de intervenção, passemos então ao Período da Ordem do Dia. -----

#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

**Presidente AF** - Deu entrada um, Voto de Pesar, entregue pela Bancada do Partido Socialista e eu solicito que o mesmo seja lido por um dos elementos que o subscreveu. Sr. Nuno Cardoso, faça Favor: -----

**Vogal Nuno Cardoso** - Muito boa noite a todos: Sr. Presidente, Mesa, Membros da Assembleia, Executivo, funcionários da Junta, queria cumprimentar, em especial as pessoas aqui presentes, pois cada vez temos feito força para que haja assembleias descentralizadas, para que não seja sempre no edifício em S. João ou na Terrugem (já fizemos em Assafora, Lameiras, Alvarinhos...) e há sempre mais público nas descentralizadas, pois é importante estarmos mais próximos das pessoas. O primeiro ponto que eu queria apresentar era, precisamente um Voto de Pesar pelo falecimento de António José Realinho Manhães, pessoa muito querida na nossa terra, Vila Verde, que deixou muitas saudades a tanta e tanta gente que com ele privou e solicito ao Sr. Presidente que submeta a sua aceitação à Assembleia. (Unanimemente aceite). Passo então a ler: (Anexo I) a que se seguiu um minuto de silêncio. Em segundo lugar, queria falar sobre o tema da reposição das freguesias, que o meu colega Henrique já abordou. Eu pretendo apenas reforçar algumas coisas que ele tem dito nesta Assembleia e noutras. Muitos dos que fazem parte desta Assembleia são subscritores deste Movimento para a Reposição das Freguesias (eu, Luís Santos, Ana Carioca, José António Paço, José Manuel Patrão, Ludovico, o João). O Zé António é primeiro subscritor pela Terrugem e o Henrique por S. João das Lampas e tem sido a principal voz deste movimento. A minha intervenção é rápida e vai no sentido de que é importante reforçar a informação sobre a promulgação do diploma por parte do nosso Presidente da República. Isto quer dizer que após as próximas eleições autárquicas, em final de Setembro, segundo está previsto, poderá avançar-se para a reposição das Freguesias. O que é que isto quer dizer? Nós hoje temos União das Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem, temos um Executivo que gere as duas freguesias e o que se pretende é reposição das freguesias de Terrugem e S. João das Lampas. Nós, este movimento acha





que é claramente do interesse da comunidade, dos fregueses de S. João e da Terrugem, que cada freguesia, por si só, está mais próxima dos seus habitantes, os seus valores, a sua identidade, a sua história. Antes da União, o da Terrugem, liderado pelo Zé António Paço, conseguia estar mais próximo da comunidade, das colectividades, das festas - estiveram sempre muito presentes em tudo. Por isso, voltamos a reiterar o nosso compromisso de que continuaremos a lutar pelo que é melhor para as Freguesias e, no nosso caso, para a Freguesia de Terrugem. -----

**Presidente da Junta** - Dá-me licença Sr. Presidente? eu, há bocado, não respondi à senhora Carla Luís, porque o assunto é tão evidente que, eu terei de consultar a Câmara para que me digam o que é que pretende fazer sobre a situação apresentada por mail, esta tarde. Como não fui à Junta hoje de tarde, não consegui debruçar-me sobre o assunto. Soube que a senhora falou com o pessoal do empreiteiro (que não estão habilitados a falar sobre os trabalhos) em que a senhora sugeriu que não se cortassem as ervas e que não se fizesse aquilo porque é uma zona rural. A Freguesia de S. João e Terrugem é quase toda rural e isto é complicado, para um Executivo e para a Câmara, pois há pessoas que reclamam que querem alcatrão e outras que não o querem; pessoas que não querem as ervas cortadas e outras e outras que vêm pedir para o fazermos. Em relação a este caso, trata-se de uma rua como outra qualquer, que não vai ser toda alcatroada, apenas a zona dos lavadouros e das fontes, porque é a Junta que tem de recuperar aquele património. E da maneira como aquilo está não pode ser devidamente recuperado e, portanto, vai ter de ser tudo limpo e regularizado. É lógico que vai ter cotas para que as águas escorram para a ribeira, para que não haja inundações. Por conseguinte, foi apresentada à Câmara a listagem das ruas para alcatroar, a Câmara concordou, fez o cabimento e executou e, a partir de amanhã, será feita a limpeza geral daquela zona para, posteriormente, a Junta poder fazer a recuperação dos lavadouros, das fontes e dos boieiros que lá estão. É só o que tenho a dizer em relação a este assunto. -----

**Presidente AF** - Muito obrigado. Dou agora a palavra ao Vogal José António Paço. ---

**Vogal José António do Paço** - Muito obrigado. Sr. Presidente da Mesa, Mesa, Executivo, Caros colegas e público presente, funcionários, Boa noite a todos. O assunto que me traz aqui, para mim, pessoalmente e, se calhar, para algumas pessoas que estão nesta Assembleia, é de algum sentimento e de alguma delicadeza. Em 27 de Maio de 2013, faleceu o nosso Padre Alfredo Ferreira e o assunto que venho aqui tratar, já falei pessoalmente com o Sr. Presidente da Junta, mas gostava que ficasse registado nesta Assembleia. Tem a ver com a sepultura do Padre Alfredo, que continua hoje, como estava em 2013. Por motivos que só a família pode responder, pois esta sepultura foi cedida gratuitamente pelo Executivo da altura, do qual eu fazia parte; o Padre Alfredo. Antes de falecer, manifestou a vontade de ficar sepultado na Freguesia da Terrugem. Ele foi nosso pároco durante 13 anos e, se hoje temos um Centro Paroquial e se temos condições para fazer reuniões de Comissões de Festas, Catequese..., a ele o podemos agradecer, pela sua dedicação e pelo seu empenho para que aquele Centro ficasse construído e, tanto é, que o Centro tem o nome dele. Portanto, eu pedia ao Executivo da Junta que esta démarche, dentro do Regulamento dos Cemitérios, segundo o qual, passados oito anos em que não se faz nada na sepultura, a Junta de Freguesia pode considera-lo abandonado e, para que ele venha à posse da Junta e, posteriormente, que ele fosse doado à Fábrica da Igreja Paroquial da Terrugem para que nós, os paroquianos, pudéssemos fazer uma campa com dignidade para a pessoa em causa, porque é muito triste entrar no Cemitério da Terrugem e quem sabe onde está a sepultura, vê que não tem ali nada a não ser umas florezinhas que, de vez em quando alguém coloca. Gostava, pois, que este assunto fosse tratado (não falei nele antes, porque se tinha de deixar passar o tempo regulamentar, conforme os artigos 41º e 42º)





para que até 26 de Setembro -que é quando acaba o nosso mandato - este assunto ficasse resolvido. Muito obrigado e Boa noite. -----

**Presidente da Junta** - Em relação a esta situação da campa do Sr. Padre Alfredo, quero comunicar que já houve umas démarches para contactar com a família e não tivemos sucesso absolutamente nenhum. Mas como o regulamento não nos dava essa possibilidade tivemos de aguardar e agora, em conversa com o Sr. Paço, eu concordei em absoluto com o pedido para que a Junta, de imediato, proceda à retirada da campa para a Junta a devolver à Paróquia. Penso que temos 60 dias para cumprir as questões jurídicas, com Edital e publicação, mas iremos tratar do assunto até à data pretendida.

**Vogal Ludovico Martins** - Muito boa noite a todos. Começo a minha intervenção dizendo ao Sr. Presidente que, quase de certeza irei passar os 3 minutos. Tem a ver mesmo com o tempo que nós temos para falar. Muitas das vezes é aqui dito que não podemos falar mais de 3 minutos. Como está no Regimento. Já cá ando há quase 4 anos e nunca ninguém disse para me calar. As únicas vezes que se falou na questão do tempo foi porque nos estávamos a aproximar da meia-noite. Portanto, não me lembro de alguém ter mandado calar ou desligar o micro, como acontece nalgumas freguesias. Antes de continuar, queria ressaltar aqui que, por mais críticas que eu possa fazer agora, não são críticas às pessoas, mas ao cargo que ela desempenha e, também qualquer elogio que faça não deve ser entendido como qualquer forma de aproximação política por causa das eleições que vêm aí. Posto isto, efectivamente, hoje, há mais pessoas a assistir a esta Assembleia. Se for preciso para termos este auditório assim bem composto, de 3 em 3 meses, pois que assim seja, venha o pedido de que bancada for. Quanto às pessoas que intervêm na Assembleia, eu antes de ser eleito pelo PCP também cheguei a intervir na Assembleia. No Regimento, efectivamente está as tais 24 horas para inscrição e lembro-me de ter intervindo pelo menos umas duas vezes, muito em cima da hora, e também nunca me ter sido barrado o acesso à Assembleia. Duvido que alguém que esteja à porta com vontade de intervir - e já que estamos sempre tão sedentos pela intervenção do público -que o Senhor Presidente diga que não, ou que um de nós invoque o regimento para o evitar. Em relação às intervenções, há uma coisa que, às vezes me desagrada, efectivamente, que são as não-respostas do Sr. Presidente da Junta, como neste caso em que teve de ser a Senhora Carla a pedir a resposta à sua intervenção. Penso que não faz sentido não haver algum tipo de resposta. Pode não conhecer o tema aprofundadamente, mas temos cinco pessoas no Executivo, com diferentes pelouros - não é só o Presidente que tem de saber de tudo e por isso é que há outros quatro, com responsabilidades - que deverão saber as coisas que acontecem. Mas as pessoas que vêm à Assembleia, hoje, estão à espera que se lhes diga, pelo menos que "não sei de tudo fantásticamente bem, mas eu hei-de responder, em vez de estar à espera ou que não se diga nada. São as funções de um Presidente de Junta, que, das pessoas eleitas é a que está mais próxima e em que estão à espera que esteja acessível. Outra coisa, em relação às Freguesias, efectivamente, também sou subscritor do Movimento pela Reposição das Freguesias, como não podia deixar de ser, apesar de ser um movimento que não se quer partidário, mas grande parte das pessoas que estão nesse movimento são filiadas num partido, no meu caso, no PCP, em que nunca estivemos de acordo com estas Freguesias, desenhadas pelo PS e PSD e, uns anos mais tarde, são os mesmos que criaram o problema estão felizes por solucionarem um problema que eles próprios criaram. Agora, uma coisa somos nós, aqui na Assembleia, a dizer que achamos muito bem que as Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem sejam separadas novamente, por causa da área e por tudo mais e poder ser muito mais fácil, falta saber se a própria população está, efectivamente, de acordo com isso, ou seja, uma coisa somos nós, que achamos muito bem - e atenção, que eu sou eleito do PCP e desde o início fomos contra a união das freguesias. No caso da reposição das freguesias, temos de ver se a população quer a separação das duas freguesias. Não podemos esquecer isso, pois não





estamos aqui a trabalhar para nós. É importante que antes de trazermos a proposta de separação das freguesias à Assembleia, de votarmos a favor ou contra, ser essa a vontade da população e não vontade própria. Somos eleitos pelas pessoas, representamos pessoas -os nossos fregueses- e temos de saber o que eles querem para os representarmos nesta Assembleia. Não é ao contrário. Outra coisa: sobre os limites. Eu já ouvi falar nos limites da Freguesia e, neste caso, do Concelho de Sintra, há uns aninhos. E voltamos outra vez à mesma coisa. A Freguesia pode não ter responsabilidade directa na resolução do problema, quer o caso dos limites, quer o caso da pavimentação de que falou o Sr. João Chaves... o passeio da Terrugem para Vila Verde, de que se ouve falar há tantos anos e que a resposta é que não é com a Junta, mas a verdade é que nuns lados há passeio e noutros não. O escudar-se em “não é da responsabilidade da Junta” não é resposta. (Pode-se rir à vontade, e faz-me lembrar o que um secretário do PCP disse, uma vez: “se acha graça, eu não acho graça nenhuma”). Pode não ser responsabilidade directa da Freguesia, mas é responsabilidade directa do Presidente da Junta, que foi eleito para fazer tudo o que é possível para chegar lá onde os problemas podem ser resolvidos e obter respostas. O Senhor Presidente já tem uns anos disto (4 anos em S. João e vai para 8 na União) já sabe muito deste assunto. Como disse no início, não se trata de um ataque pessoal. -----

**Presidente AF** - Muito obrigado, Sr. Ludovico. Temos mais pedidos de intervenção, mas antes disso devo manifestar a minha opinião. Todos nós somos, seguramente, muito mais flexíveis do que o Regimento e achamos que as intervenções devem ter substância e devem ser explanadas no tempo destinado para isso. O que não me parece certo é que, tendo o Regimento o tempo de 3 minutos por intervenção, o Senhor tenha utilizado dez. Isto é que não me parece correcto, pois se fossemos utilizar o mesmo tempo com todos, não iríamos ter tempo de completar a ordem de trabalhos. Não lhe cortei a palavra, nem lhe pedi para ser mais rápido, mas deixo-lhe um apelo no sentido de, em futuras intervenções fosse mais sucinto e não entrasse em diálogo com ninguém sob pena de a própria mesa também correr o risco de ser questionada pelos restantes membros por não assegurar um tratamento igual. De qualquer forma, obrigado pela sua intervenção. Dou agora a palavra ao Senhor Luís Santos. -----

**Vogal Luís Santos** - Boa noite a todos: Sr. Presidente, Mesa, Executivo, Colegas da Assembleia, funcionários e público. Muito obrigado pela vossa presença. É muito bom ver estas assembleias assim, e é isso que nos motiva a pedir a sua descentralização. Relativamente às intervenções do Henrique Martins, o Nuno já disse praticamente tudo. Queria só deixar uma nota para o Sr. Ludovico a propósito da reposição das Freguesias, em que estamos todos de acordo, mas atenção à Lei que fez a União das Freguesias. De quem é que a Lei veio? O PS aí está de fora. Tenha atenção a isso, que essa Lei é do PSD/CDS. Relativamente à intervenção do Sr. Horácio Patrão a respeito do Mercadinho Saloio, não há nada a acrescentar, a não ser que pecou por tardio. Em relação à D. Carla Luís, fiquei curioso e gostava de visitar o local consigo. Teria todo o gosto em lá ir. Queria perguntar ao Executivo, qual o ponto da situação em relação ao busto do Sr. Manuel Carioca. Muito obrigado. -----

**Presidente AF** - Muito obrigado Sr. Luís. Dou a palavra à Vogal Ana Carioca. -----

**Vogal Ana Carioca** - Boa noite a todos, cumprimentos à Mesa, na pessoa do Sr. Presidente, ao Executivo, funcionários da Junta, colegas da Assembleia e público. É um gosto termos as assembleias com público que, de facto, motiva-nos as assembleias serem assim descentralizadas. Como já foi dito é uma forma de as pessoas aparecerem mais vezes e em maior número. Relativamente à minha intervenção, que tinha previsto ser só uma, mas depois do que foi dito pelo Sr. Henrique Martins e da própria resposta do Sr. Presidente, eu vou fazer outra em que tentarei respeitar os 3 minutos, mas vou fazer uma intervenção que não estava programada e tem a ver, precisamente com os



limites da Freguesia. Esta questão, a última vez que veio à Assembleia, foi na 4ª sessão ordinária, em 2018, mais precisamente no dia 20 de Dezembro de 2018 e constava do ponto 6, “Apreciar e deliberar sobre a proposta 201 do Executivo, relativa aos limites da Freguesia”. Esta proposta, como se constatou na referida Assembleia, não era mais do que auscultar a Assembleia relativamente ao que fazer e nessa sessão, numa intervenção que eu própria fiz, nesse ponto da ordem de trabalhos...vão-me desculpar, mas eu vou ler ... *“Relativamente a este ponto, eu creio que, talvez das primeiras vezes em que esta questão foi levantada aqui em Assembleia de Freguesia, terá sido no mandato anterior, em 2014, pelo deputado da bancada do PS Henrique Martins, na altura efectivo. Numa Assembleia de Freguesia de 27 de Junho de 2014, essa questão voltou a ser levantada pela bancada e nessa assembleia de freguesia, foi interpolado directamente o Sr. Presidente, quanto a um contacto que já tinha sido feito há uns meses atrás procurando saber que diligências ou que medidas se tinham tomado. Pelo que se constata agora, pela documentação que veio, relativamente a esta proposta, terá sido enviado um ofício à Câmara, o que eu entendo da proposta nº 201 do é que proposta não tem nenhuma, o que se propõe é ouvir a Assembleia. Proposta em concreto do não há. A nossa bancada, creio que é unânime, como não temos conhecimentos técnicos, não nos podemos pronunciar sobre o vínculo que estas pessoas ali residentes passarão a ter numa freguesia, num concelho. Acho que, para qualquer decisão que deva ser tomada, é lógico que não se conseguirá nunca -ou dificilmente - tomar uma decisão que agrade aos 100% dos afectados. Talvez um referendo, um inquérito, como o Sr. Presidente referiu, mas haverá alguns indicadores que permitam chegar à conclusão de qual será a freguesia a que aquelas pessoas têm maior vínculo. Esses indicadores poderão ser a proveniência do ramal de água, o IML é pago a quem? Votam aonde? Sentem-se mais ligados a que freguesia? Por isso, com estes dados - que são nenhuns- não podemos ser nós a decidir sobre a vida daquelas pessoas e sobre as implicações que haverá posteriormente. Portanto, a nossa posição é que não nos podemos pronunciar sobre a questão, porque não somos técnicos. “*

Abreviando, a proposta do Executivo foi retirada. A partir daí...nada mais houve, ainda que o Executivo tenha feito diligências, a Assembleia de Freguesia não tem conhecimento de quais foram, pois não voltou a vir nenhuma proposta nem, enfim, qualquer decisão tomada relativamente a esta questão. Isto é sobre o ponto dos limites da Freguesia. A outra intervenção, sr. Presidente, tem a ver com algo que eu constatei há 3 ou 4 dias atrás e que se prende com a colocação de uma vedação na Rua da Serrinha [da Serra], na Assafora, num local onde existia um contentor. Pergunto se essa vedação terá sido colocada pela Junta, para proteger o local (uma vez que o contentor do lixo foi retirado e era um local onde havia muitos despejos) ou se poderá ser uma eventual apropriação por parte do dono do pinhal. E eu pergunto porquê, pois a placa com o nome da rua está dentro dessa vedação, que está a ocupar espaço público. É tudo. ....

**Presidente da Junta** - Vim a saber que naquele local e em vários locais da União de Freguesia, os SMAS colocaram várias vedações daquelas e não tivemos conhecimento absolutamente nenhum. Vim a saber posteriormente e perguntei aos SMAS se, efectivamente, tinham sido eles a colocá-las e confirmaram-me que sim. A partir daí não tenho conhecimento de mais nada, mas presumo que seja para não haver abusos nos despejos de lixos. Há vários sítios: Fontanelas, Alto dos Peniscos... e está a dar resultado. Já havia a ideia de retirar aqueles contentores, para ver se, de uma vez por todas, se conseguia acabar com aqueles montes de lixo. Sr. Presidente, se me permite, aproveito para falar sobre o busto, em resposta ao Sr. Luís. Eu já tinha previsto comunicar que o molde do busto já está concluído, em barro, e agora é necessário que algum ou alguns dos promotores se desloquem às instalações do escultor a fim de concordarem ou não com o trabalho que está feito, para se passar à segunda fase. Em relação ao pedestal, já está praticamente pronto e dentro de pouco tempo poderá



estar no sítio, assim que a Câmara, através da Divisão de Espaços Verdes, autorize. Muito obrigado. -----

**Presidente AF** - Muito obrigado, Sr. Presidente. Dou agora a palavra ao Sr. José Manuel. -----

**Vogal José Manuel Patrão** - Boa noite a todos, Sr. Presidente, venho aqui só para agradecer a esta casa, na pessoa do Sr. Presidente da Direcção, ao PS por, de vez em quando, se lembrar de fazer estas assembleias descentralizadas e também tenho de agradecer à Junta de Freguesia e aos seus colaboradores por que isto dá trabalho. De qualquer forma, é importante que, com estas descentralizações. O público aparece mais e há mais comunicação. Quero também agradecer ao Henrique pelo seu empenho na nossa terra, na nossa Freguesia, pois tem tido muito trabalho para que as Freguesias voltem a ser como era dantes, embora o Ludovico tenha referido que essa decisão deveria partir da vontade das pessoas, o que parece ser verdade. Queria também agradecer ao Vogal José António pela lembrança de homenagear o nosso Padre Alfredo. Provavelmente, a obra que temos se deve à sua iniciativa e, portanto, não podemos ser pobres em agradecer a quem tanto devemos. Era só isto. Muito obrigado. -----

**Sr. Presidente AF** - Muito obrigado Sr. José Manuel. Não existindo mais pedidos de intervenção, vamos então passar ao ponto seguinte. -----

### 3 - Ordem do Dia

#### -1- Apreciar e Votar a Acta nº 22

Não se registaram pedidos de intervenção, pelo que a Acta nº 22 da reunião de 12 de Abril, foi colocada à votação, sendo aprovada por unanimidade, sem o voto de Tiago Jaco, que não esteve presente na reunião em causa. -----

#### -2- Informação Escrita do Presidente sobre a Actividade do 2º Trimestre de 2021

**Vogal Ana Carioca** - Relativamente à informação eu vou questionar porque “informação financeira em anexo” nem em mão, nem no email. Por isso não nos vamos pronunciar sobre essa parte. Quanto à informação escrita propriamente dita, Sr. Presidente, eu gostaria de o interpelar, ou colocar-lhe uma questão, que tem a ver com os protocolos. Já não é a primeira vez que questiono isto, sobre o protocolo de conservação de bermas e valetas. Pela análise do relatório e contas, se bem o entendi, no orçamento da despesa, ficou por gastar cerca de 11% do valor do protocolo ou do que vem lá considerado como “conservação de espaços públicos” onde acho que está incluída a conservação de bermas e valetas, pois não encontrei nenhum item específico, ou seja, terá sobrado dinheiro deste protocolo(?) sendo certo que a Assembleia se realizou em Novembro de 2020, onde foi aprovado o protocolo para a gestão de infestantes, o foi directamente questionado, se esse protocolo, no valor de 30 mil euros acrescido ao que já existia, de conservação de bermas e valetas, o que totaliza cerca de 146 mil euros. Ora, na receita, o orçamento está 1005 completo, mas na despesa, a 31 de Dezembro, faltou gastar cerca de 11%. A minha pergunta é esta: todos nós conhecemos o estado da Freguesia, que é muito vasta e tem, enfim, erva a montes, mas existem locais em que as próprias bermas e valetas estão de tal forma invadidas por ervas que, uma vez que sobra verba, atrevo-me a dizer que não se será por terem sido tratadas há seis ou sete meses e, com as chuvas, crescerem. E vou já direccionar o local, que é a Estrada de S. Julião, que também constitui um local de entrada e saída da Freguesia. As limpezas param (e pararam, este ano, outra vez) no Café Lapa. Não vão até à Praia de S. Julião. Não vão e posso dizer-lhe que existem postes de electricidade e de telefones envoltos e cobertos na sua altura! Isso não é por



falta de limpeza há meia dúzia de meses. Atrevo-me a dizer há anos. Sendo um acesso à praia, sendo uma entrada e saída da Freguesia e, como existem outras que têm problemas semelhantes, em que nem nas bermas e valetas é possível andar, que a vegetação é de tal ordem que invade a estrada, eu pergunto: estamos no início da época balnear. Será que é este ano, que a Freguesia vai ver aquela entrada limpa? Uma vez que sobrou verba não seria de fazer um esforço para que todos os fregueses (e não só os habitantes de Assafora) que queiram fazer um passeio a pé, o possam fazer em segurança? RE esta a minha interpelação. -----

**Vogal Luís Santos** - Vou ser rápido, mesmo sabendo da tolerância da mesa, a qual eu devo agradecer. A intervenção sobre os protocolos, a minha colega Ana já o fez, mas queria referir-me à parte da Acção Social. Na informação escrita, menciona números, números que são somados nos 3 meses decorridos, em que é preciso decifrá-los com algum cuidado, mas sempre e só referentes ao Projecto Terrugem Solidária. E a minha pergunta vem, mais uma vez no sentido: -então e S. João das Lampas? Será que S. João das Lampas não tem gente carenciada? É feito pelo Centro Social e Paroquial. Ok, mas então esses números não deveriam ser expostos, explanados na informação, para termos conhecimento da dimensão da “catástrofe” social, se assim se poderá chamar, que assola a nossa Freguesia? Muito obrigado. -----

**Presidente da Junta** - Indo directamente a esta questão, nós continuamos um trabalho do anterior Executivo da Terrugem e da Paróquia da Terrugem. De qualquer modo, há casos pontuais de pessoas de S. João que vêm até nós, à Terrugem, fazer o pedido, pois a grande maioria é assistida pelo Centro Paroquial, onde há o banco alimentar. Nós não podemos ir bater às portas das pessoas, como deve calcular. Mas a grande maioria das pessoas são atendidas na Terrugem. Em relação às ervas, todos os anos, a Câmara limpa o acesso à praia. Nem é a Junta. Todos os anos a Câmara põe lá a equipa a fazer a limpeza - e penso que em breve vai para lá. Todos os anos, quando é feita a limpeza da Praia, é feita a limpeza dos acessos. Estou em permanente contacto com a Câmara não só nesse caso, como também, na Praia da Aguda, mas também lhe quero dizer que nós cortamos as ervas da Freguesia duas vezes por ano. Se me disser que há um canto qualquer que falhou, acredito perfeitamente. A Câmara, neste momento tem duas equipas de duas empresas a trabalhar na nossa Freguesia e na Freguesia de Colares (trabalham 3 dias, faltam 15) e quando se pensa que temos o problema resolvido, acontecem estas situações. Enfim, há uma série de factores que obrigam a que não consigamos levar a bom porto aquilo a que nos propusemos. Temos 6 homens todos os dias úteis do ano, a fazer limpeza de bermas. É humanamente impossível, e isso está explanado nas nossas contas. Mas há que ver que a despesa que é apresentada nesta rubrica da conservação de bermas e valetas, não inclui as despesas com os nossos funcionários, tractor e roçadoras, que também intervêm nesse serviço. Isto faz com que a despesa efectivamente feita até ultrapasse a receita do protocolo, que foram de 116 mil euros. Os 30 mil euros do protocolo para a gestão de infestantes só vai entrar em vigor após a sua aprovação (foi assinado na semana passada por mim e pelo Sr. Presidente da Câmara). -----

**Vogal Ana Carioca** - Eu não disse que não vi espelhado. O que eu disse foi que no orçamento da despesa, na conservação de espaços públicos, se bem vi, ficou por executar cerca de 11%, até falei em 89,47% de despesa realizada. Relativamente à limpeza do acesso às praias, o que eu falo é que do Café Lapa para baixo é cerca de 1,5km, logo, não é propriamente o acesso, mas sim valetas e as bermas da Estrada de S. Julião e eu lhe garanto que não são limpas há mais de um ano. Convido-o e irei lá consigo, se quiser. Não é por eu não concordar, é o que eu vejo diariamente. Relativamente ao apoio alimentar de que o Luís já faliu, eu só gostaria que fosse esclarecida uma questão porque qualquer pessoa que necessite de apoio alimentar -e basta haver uma pessoa, para que seja grave, ainda para mais nesta altura em que há



certamente mais pessoas carenciadas - o que eu gostaria de perceber relativamente ao texto e aos gráficos, podem induzir em erro porque no texto diz que foram apoiados 282 indivíduos. Se olharmos para os gráficos, temos: em Abril-97, em Maio-92 e em Junho-93. Esta soma dá, de facto, 282, mas o que eu pretendia saber ou ver esclarecido é se estes 93 em Junho vem dos 97 em Abril. Faço-me entender? São sempre as mesmas pessoas? É diferente de dizer que são 282 indivíduos. Existem é 97 ou 92 pessoas com necessidades continuadas. É isso? Então não é 282 indivíduos, que é um universo maior. Obrigado. -----

**Vogal Luís Santos** - Sr. Presidente, relativamente à minha intervenção, talvez eu não me tenha sabido explicar, mas pela sua resposta, que eu, mais ou menos já conhecia, a minha questão é qual o número de pessoas que recorrem ao Centro Social e Paroquial de S. João das Lampas, pois eu penso que também deveriam vir aqui mencionadas, pois trata-se de apoios efectuados na Freguesia. Teremos de pedir a informação ao Centro? Não sabe!? Era isso que eu queria saber. Muito obrigado, fiquei esclarecido.

**Presidente AF** - Muito obrigado pela sua intervenção. Não há mais intervenções? Passemos ao ponto 3: -----

### -3- Apreciar a Proposta do Executivo nº 108/2021 relativa à aprovação da Norma de Controlo Interno -----

Não se registaram pedidos de intervenção, pelo que a Assembleia tomou conhecimento da Norma de Controlo Interno. -----

### - 4 - Apreciar e Votar a Proposta do Executivo nº 109/2021 relativa ao Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2020. -----

**Vogal Nuno Cardoso** - A minha intervenção relativamente à Conta de Gerência de 2020 vai muito na linha das minhas intervenções nas assembleias passadas. Sabemos que em relação a estas Contas, desde Março de 2020, vivemos numa situação de pandemia e fomos vendo, ao longo do ano, nas diversas assembleias ordinárias que tivemos, o que se confirmou aqui: não houve cortes do lado das principais fontes de receita. Em Maio aprovámos a revisão orçamental de um milhão trezentos e setenta e oito mil euros, que é esta a receita anual da União de Freguesias e a realização de um milhão e trezentos e cinquenta e cinco mil euros. No ano anterior tinha sido um milhão e quatrocentos -efectivamente não houve nenhuma redução e ainda bem. Sabemos -e é dito no relatório - que as principais fontes de receita são os apoios da Câmara Municipal de Sintra e o Fundo de Financiamento das Freguesias, que representam oitenta e sete por cento das receitas. O Executivo trouxe para o ano de 2020, um saldo de gerência de duzentos e dezoito mil euros e leva para o exercício de 2021, um saldo de cento e setenta e quatro mil euros. Do lado da Despesa, o total da despesa paga foi de um milhão cento e noventa e um mil euros (lá estão os 87 ou 88%de realização), sendo que o peso maior foram as remunerações ao Executivo. Eu digo isto porque há aqui pessoas do público que não sabem -e algumas já foram embora. As principais rubricas na despesa foram as remunerações do, funcionários da Junta, manutenção do espaço público, espaços verdes e o apoio a instituições. Vimos também que foi aumentado o apoio aos bombeiros, de onze para vinte e nove mil euros, o apoio a carenciados, de oito e meio para catorze mil, o que foi bom -parece pouco, mas o Sr. Presidente já disse que são poucas as pessoas que se dirigem à Junta. Depois, vê-se que há uma baixa do ado das colectividades -é sempre um tema em que nós tocamos- de setenta e quatro mil euros em 2019 para quarenta e quatro, em 2020. Também compreendemos que o Sporting Clube de Vila Verde, por exemplo, que tem menos actividade, recebia oito mil euros e recebeu quatro mil; a SFUA passou de dez mil para cinco mil; O MTBA de



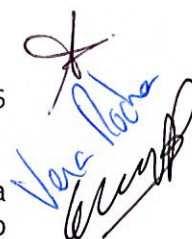
doze mil para sete mil. Mas a União Recreativa e Desportiva de Fontanelas recebeu oito mil setecentos e cinquenta; a Arti-Sintra, armazenista de papelaria e escritório, sete mil e novecentos euros (vem ali como apoio a instituições sem fins lucrativos); também vem aqui a Seven Paper -e não se percebe porque é que vêm aqui nas instituições sem fins lucrativos e gostava que isto nos fosse esclarecido, da mesma forma que os critérios para as verbas atribuídas às colectividades que referi. Finalmente, o Sr. Presidente já foi dizendo em assembleias anteriores que os apoios iriam baixar (é um tema velho) por existirem colectividades fechadas, algumas já retomaram a actividade em 2021 e muitas delas já necessitaram do apoio da Junta. O Sr. Foi dizendo que não paga contas de água e luz, que só financia projectos. Mas, entretanto, há muitas instituições a passarem dificuldades e queria perguntar se os membros do executivo estão a acompanhar estas instituições, algumas das quais estão em risco de fechar. As contas são de 2020, mas a preocupação continua em 2021. Portanto, em resumo, gostava de ver esclarecido o seguinte: 1º os apoios dados, de forma genérica; 2ª o facto da Arti-Sintra e Seven Paper e 3º Apoiar as instituições. ---

**Presidente da Junta** - Em relação às questões técnicas e das duas empresas referidas, se nos for permitido responderemos através dos nossos funcionários. Em relação aos apoios de 2020 foram os que foram possíveis. E eu quero chamar a atenção que nós apoiamos projectos e estamos impedidos de apoiar o funcionamento normal dos clubes, que têm de ser auto-suficientes. Nós não podemos dar apoios para pagar arbitragens, empregados, água ou luz. Isso está proibido por lei. Nós temos de apoiar os clubes pelos projectos desportivos, recreativos e culturais. Se eles não os estão a executar, se não nos pedem, nós não podemos dar dinheiro que não nos é pedido. Gostava que isto ficasse bem esclarecido. Já o disse várias vezes, por exemplo, em relação esta casa, que não nos tem pedido absolutamente nada, pois não têm estado devidamente organizados com os órgãos sociais e há outros nas mesmas circunstâncias. Nós não podemos chegar a essas colectividades e dizerem-nos que não têm dinheiro para a águas, luz... ora isso não cabe nos nossos apoios. O regulamento é muito explícito: têm de nos solicitar e apresentar projectos para que a Junta possa, legalmente, dar dinheiro às colectividades. Como em 2020 elas estiveram paradas. Em 2021 está a acontecer a mesma coisa, só que está a acontecer que aquelas que já iniciaram a sua actividade, nós estamos atentos e já as contactámos para nos darem informação disso. E nós, na altura devida, ponderaremos dar mais alguma coisa a essas colectividades que estão a trabalhar. Mas há muitas que continuam paradas. -----

**Vogal Ana Carioca** - Relativamente a este ponto, confesso que fiquei baralhada. Nós estamos a discutir as contas de 2020. Portanto, as verbas que estão aqui espelhadas (páginas 70 e 71) em transferências e subsídios concedidos, correspondem aos montantes atribuídos a estas entidades no ano de 2020. Certo? Conclui-se, então, que, nomeadamente na Sociedade Filarmónica União Assaforense recebeu cinco mil cinquenta euros, a Sociedade das Lameiras, dois mil e quinhentos, Fontanelas e Gouveia, oito mil setecentos e cinquenta. Agora... sendo uma questão técnica, já sei que me vai reportar ao apoio [Serviços], mas eu pergunto: -Estas transferências e subsídios concedidos nas páginas 70 e 71, só para eu ficar esclarecida, correspondem às verbas atribuídas a entidades sem fins lucrativos, para apoio a actividades, é isso? É que no código, na disposição legal, vem aqui, a apoiar estas verbas e transferências, uns referem-se à alínea v) e outras à alínea m) mm) sendo que a alínea m) corresponde a uma competência da Junta, não propriamente a um apoio a uma actividade, como na alínea v). A nossa dúvida relativamente a estas duas empresas que aqui vêm nas transferências e subsídios concedidos, não deveriam estar antes nos contratos executados? É essa a questão. -----

**Presidente AF** - Muito obrigado. Sr. Presidente, quer esclarecer? Se necessário pode a resposta ser dada pelos serviços. -----





**Resposta** - O consultor Nuno Rocha, na resposta, fez a seguinte intervenção: - Boa noite a todos vou, então, tentar ajudar. São ambas competências do Executivo, no Artigo 16º, uma na área da cultura, desporto e recreio e outra na área da educação. O que diferencia é a forma como é contabilizado. Não pode ser classificado na parte 02 -despesas correntes, porque não é para uso corrente da Junta. A questão do fornecedor é, efectivamente, uma questão pertinente, que tem mais a ver com o próprio software, porquê? É que a forma, em regra, de apoiar, é atribuindo financeiramente um apoio. Não é o caso dessas duas despesas, em que o apoio foi atribuído em espécie. Isto é, faz a aquisição directa do material, seja de higiene e limpeza, no caso da Seven Paper, ou da Arti-Sintra, no que respeita a material escolar. Dou-lhe outros exemplos que acontecem não só aqui, como noutras freguesias, em que, no campo da área social, 04.07 -Famílias, se apoia directamente a família na compra de um passe, de uma bilha de gás, por exemplo, aí sim, como é individual, é mais fácil lançar em nome da pessoa beneficiária, do que no nome da empresa fornecedora. Aqui, como é uma aquisição “em bolo” aí sim, independentemente da forma de apoio, que é uma transferência corrente, ainda assim, a Junta está vinculada na aquisição através do código dos contratos públicos, mas torna-se quase impossível lançar, depois, nominalmente, quem vai usufruir desses apoios. Para efeitos do mapa de transferências, o software não permite, o que, de facto, distorce esse mapa, sempre que aparece um Lidl, um Jumbo, ou qualquer fornecedor. Até para o vai ler, seja o INE seja o próprio Tribunal de Contas, mas a Junta é obrigada a descrever nominalmente a quem é atribuído. Agora, nestes dois casos, não conseguimos apurar para quem vai o apoio e torna-se impossível lançar por aí. A outra forma seria dar financeiramente, o apoio à instituição e isso, aqui, nunca foi o caso, no que se refere à alínea mm) expediente e limpeza. Aqui, sempre foi assim em termos logísticos, mas existem freguesias que transferem uma verba para as escolas, que depois a gerem como entenderem adquirindo os materiais de higiene e limpeza. É certo que distorce a leitura do mapa, tem toda a razão, mas, no campo social, às vezes ainda distorce mais, quando se lança em nome do fornecedor. Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

**Vogal Luís Santos** - Relativamente aos apoios financeiros, no ano de 2020 e dado o estado de pandemia, houve alterações na legislação, Penso eu, que já falei nisso numa Assembleia, em Dezembro. Mesmo sem projectos a Lei Covid trouxe algumas alterações, mas, pelos vistos, o desconhece. Mas, já agora, gostava de saber quais foram os projectos de Fontanelas e Gouveia, não que eu tenha alguma coisa contra o valor que lhe foi atribuído, pelo contrário, se calhar, tem mais a ver com os cortes que houve nas outras instituições e gostava de saber o que é que levou a esses cortes. Gostava também que nos fosse explicado, talvez pelo Nuno Rocha, o quadro da página 86, que eu penso que esteja relacionado com o inventário que veio à Assembleia passada, pois temos aqui umas amortizações que eu gostava de perceber, nomeadamente, um ajuste na aquisição de um autocarro, que eu não consigo perceber o que é isto. E se isto tem influência em relação ao inventário que veio à Assembleia, gostava de perguntar como é que está o novo inventário. Muito obrigado. -----

**Presidente AF** - Muito obrigado, não sei se o Senhor Presidente quer responder... faça favor. -----

**Presidente da Junta** - Em relação a Fontanelas, houve uma parceria entre a Junta e a Câmara, num projecto de valorização das instalações exteriores da colectividade, em que a Câmara cedeu dezanove mil euros para alcatrão e a Junta cedeu seis mil para o alcatramento do parque de estacionamento. Em apoio directo só demos dois mil setecentos e cinquenta euros, simplesmente, essa despesa foi cair naquela rubrica dos apoios. O resto já não é comigo e peço ao Dr. Nuno Rocha para ajudar no esclarecimento da última parte da questão. -----





**Nuno Rocha** - O autocarro é culpa minha. Assumo o erro e peço desculpa Não é autocarro, mas sim a carrinha dos lixos. Foi algum copy-paste de outro relatório. Peço desculpa. Mas em relação ao mapa, no geral, vou tentar fazer um enquadramento breve deste novo regime, porque pela primeira vez, a União de Freguesias apresenta contas em duas vertentes: orçamental e financeira ou patrimonial. A Freguesia tem despesa paga, nos últimos dois anos, superior a um milhão de euros e, por isso, fica enquadrada no regime das pequenas entidades e não nas micro, que só tem vertente orçamental, como era prática comum. Daí, nós sermos obrigados a apresentar, como viram, as duas vertentes. Nos movimentos da óptica financeira, tivemos de integrar todo o património na contabilidade e, desta forma, fazer o balanço inicial contabilisticamente (nós não tínhamos essa informação ao nível da contabilidade) e este quadro, em particular, relata um pouco isso, ou seja, toda a classe cinco, da área do capital. No caso do património líquido, nós fomos pegar no inventário que existia e fomos classificá-lo, em termos de classe financeira, contas da classe 4 e, depois, foi valorizado pelos valores que estavam, como é óbvio, não fomos valorizar nada e foi assim lançado na contabilidade. Este ano, excepcionalmente e porque é o primeiro ano de implementação deste novo referencial contabilístico (deste novo normativo do SNCAP). Existe uma conta específica para ajustamentos de transição, pois há regras que mudam, como é o caso dos imóveis e naquele quadro de que falou, em que o valor total, no fundo, é o espelho do que veio detalhado na sessão de Abril. No que respeita às vidas úteis dos imóveis, eles passaram pela obrigação do normativo e os que eram depreciados a oitenta anos, passaram a cinquenta, os cento e vinte passaram para cem e isso refere-se numa amortização extraordinária. Depois, vai à 5-6-4. A aquisição da carrinha, que foi em 2019 e em que recebemos um subsídio que se chama subsídio para investimento, na óptica financeira da contabilidade, na ordem dos quarenta e três mil e cinquenta euros, mas penso que a carrinha não chegou a esse montante -foi um pouco menos - ela foi valorizada no património e está a ser depreciada em cinco, oito, ou dez anos (não me recordo) só que, é uma regra, na óptica financeira, o que é que acontece? Para nós, o custo da viatura, em termos orçamentais - imaginemos que a viatura custou 40 mil euros. Foi à contabilidade por 40 mil euros, numa óptica de caixa. Nesta contabilidade financeira, estamos a falar numa óptica do princípio do acréscimo, ou seja, não lançamos em função do que pagamos e recebemos, mas sim da forma como ele tem que ser contabilizado. Isto, traduzido numa forma mais simples para melhor se perceber. Os quarenta e três mil e cinquenta euros, no ponto de vista orçamental, entraram e saíram. Do ponto de vista financeiro, o custo da viatura só vai à contabilidade em função da sua vida útil, ou seja, se a viatura dura dez anos, quarenta e três mil e cinquenta euros, a dividir por dez anos, dá quatro mil e poucos euros e é esse o valor que vai anualmente à contabilidade. Logo, para não haver discrepância nas contas que são apresentadas, no lado da receita (na óptica financeira) também só podem ir à contabilidade, na mesma proporção. Este ajustamento foi assim, porque é a primeira vez que foi feito. Daí nós termos um valor acumulado de trinta e sete mil euros (pois há dois anos -2019 e 2020). Vamos chegar ao final da vida útil da carrinha, o último lançamento do custo e do lado da receita será o último valor que vai também a rendimento. Este ano foi, excepcionalmente, à 5-6-4, que é uma conta de transição, porque este valor não vai directamente a uma conta da classe 7, que são as contas dos rendimentos, ou as receitas da óptica financeira, mas sim uma conta de capital, que se vê facilmente no balanço, que é a conta 59-3 que são outras variações do capital, neste caso, no património líquido, que agora se chama "património não capital". A conta 51-1 é o balanço inicial, ou seja, no que nós pegámos, foi depois do património totalmente classificado na óptica financeira, qual o valor da quantias bruta, qual o valor já depreciado que seja decorrente das vidas úteis de todos os bens registados, a novecentos e sessenta e três mil euros, menos os seiscentos e um mil euros, que nos dará um valor da ordem dos trezentos e poucos mil euros de património líquido, mais os duzentos e onze mil que transitaram, que são, no fundo, o saldo



A  
 Vitor Rocha  
 [Signature]

contabilístico que passou nos bancos. Quanto são gastos de transição, já agora, aproveito para explicar, há movimentos obrigatórios, por exemplo, o IML, que, numa óptica de caixa, recebemos das Finanças todos os meses, vai directamente à rubrica 01.01.02 da receita. Mas, existe o princípio da especialização, que nos obriga a anular esse montante e sempre a colocar a média dos últimos dois anos e, como é o primeiro ano de arranque, nós não podemos anular o que vem de trás. Também as férias e subsídios de férias do ano seguinte são logo contabilizados no próprio ano. Ora, nós não podíamos, este ano, passar com dois gastos, pelo que teve que haver aqui um valor que, faz de conta, que transitou de 2019. Isto para quê? Para que não transitássemos com um saldo líquido de exercício incorrecto, muito maior do que deveria ser e fugíamos à verdade das demonstrações financeiras. De uma forma muito sucinta é o que se me oferece dizer sobre o assunto. ....

**Vogal Luís Santos** - Dúvidas não ficaram nenhuma. Muito obrigado, Nuno, pela explicação, que vem ao encontro do que eu já calculava. Relativamente ao inventário que veio à Assembleia anterior, se sofreu alterações e as correcções devidas, gostaria, caso fosse possível, que fosse enviado aos membros da Assembleia, o inventário com as actualizações, para vermos como é que ficou corrigido, dado que na Assembleia em causa fizemos intervenção referindo alguns valores e ajustes que achávamos necessário serem feitos. ....

**Presidente AF** - Muito obrigado. O Executivo tomará nota da sua pretensão. Mais alguma intervenção relativamente a este ponto? Não existindo, vamos proceder à

**VOTAÇÃO DA Proposta do Executivo nº 109/2021 relativa ao Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2020: Aprovada por maioria com oito votos a favor e cinco abstenções (da Bancada do Partido Socialista).** ....

**ENCERRAMENTO** - Esgotada a Ordem de Trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia, agradeceu, mais uma vez à Direcção da Sociedade União Progresso de Vila Verde e Ral a cedência das instalações, o que permitiu realizar mais uma reunião descentralizada, que enriquece a União de Freguesias. Agradeceu também a presença de todos e propôs a aprovação da acta em minuta, o que foi aprovado por unanimidade e, quando eram vinte e três horas e quinze minutos declarou encerrada a reunião, no final da qual e para que conste, se lavrou a presente acta que, depois de aprovada, será assinada pelos membros da mesa. ....

E eu,  , na qualidade de funcionário designado para o efeito, a subscrevo. ....





## VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ANTÓNIO JOSÉ REALINHO MANHÃS

No passado dia 18 de março, em Vila Verde, faleceu António José Realinho Manhães, com 61 anos de idade.

Foi com sentido pesar e profunda tristeza que a freguesia de São João das Lampas e Terrugem recebeu a notícia do seu falecimento.

Durante a sua vida, António José Realinho Manhães tornou-se uma figura de referência, quer na sua terra adotiva e onde sempre viveu – Vila Verde, quer em toda a freguesia da Terrugem, ou na sua terra natal, Cabeço de Vide.

Num percurso singular de múltiplas facetas, foi candidato à presidência da Junta de Freguesia da Terrugem em 2009, sendo eleito membro da assembleia de freguesia nesse ciclo autárquico de 2009 a 2013, onde desempenhou um papel ativo e de relevo, marcado por intervenções oportunas e pertinentes, cuja finalidade se prendeu sempre com a procura de soluções para os problemas da nossa freguesia.

Foi ainda presidente do Sporting Clube de Vila Verde, de 1990 a 1993, e ainda de 1997 a 1999, e um dos pioneiros da modalidade de Futsal, variante desportiva onde o clube alcançou os seus maiores êxitos desportivos, tendo colaborado ainda em diversas iniciativas ligadas ao lazer e à atividade recreativa (sociedade e rancho folclórico).

Figura popular e querida, granjeou a estima e a simpatia entre os seus conterrâneos.

A sua morte, súbita e inesperada, deixou-nos a todos mais pobres - Vila Verde, Cabeço de Vide, a atual União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem, e todo o concelho de Sintra.

Os eleitos do Partido Socialista da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem não querem deixar de assinalar tão triste acontecimento, prestando ao António José Realinho Manhães justa e pública homenagem, propondo que a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem





## União das Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem

À Família de  
António José Realinho Manhães,  
(D. Joana Maria Pinto Meira Manhães e Filhos)  
Rua da Juventude, nº 1 -1º F  
Vila Verde  
2705-889 TERRUGEM SNT

Sua Referência	Sua Comunicação	Nossa Referência	Data
		54/2021	22.JUN.2021

ASSUNTO: Voto de Pesar

Serve o presente para vos comunicar que, na última Assembleia de Freguesia, realizada ontem, 21 de Junho, na sede da Sociedade União Progresso de Vila Verde e Ral, foi aprovado por unanimidade o Voto de Pesar que anexamos, seguido de um minuto de silêncio, pelo triste desaparecimento do ex-autarca e amigo, António José Manhães, ocorrido em 18 de Março último.

Sabendo da elevada estima e consideração que todos nutriam por ele, e da sua entrega às boas causas, também o Executivo desta Junta, se solidariza com a Assembleia e subscreve o merecido reconhecimento.

Com os nossos melhores cumprimentos.

O Presidente da Junta,

(Guilherme Joaquim Coimbra Ponce de Leão)

---

Av. Central, 16 - 2705-737 S. João das Lampas

Contactos

S. João das Lampas - Tel: 21 960 88 60

Terrugem - Tel: 21 960 56 00

[geral@uflampasterrugem.pt](mailto:geral@uflampasterrugem.pt)

NIF: 510 839 789